

Em troca, abertura à importação

ADEMAR SHIRAISHI
Da Editoria de Economia

A tentativa brasileira de levar a renegociação da dívida para o campo político, com a participação direta dos governos dos países credores, terá a contrapartida de novas pressões para o Brasil abrir a sua economia. O impasse das conversações com o Clube de Paris evidencia que o problema da dívida fugirá, no espectro da renegociação plurianual; das simples tentativas entre o país devedor e os bancos credores para ampla discussão de governo a governo sobre a postura global do Brasil face ao resto do mundo.

O chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, vai assumindo a função de coordenador das avaliações sobre o encaminhamento de posição brasileira quanto à abertura da economia do País ao exterior. O presidente José Sarney pretende ficar à margem dos debates preliminares, sem fixar a postura oficial pelo menos até 15 de novembro.

Embora utilize retórica aconselhada eleitoralmente de defesa da reserva de mercado em setores estratégicos, Sarney evita o extremo de por exemplo, dar parecer sobre a proposta da comissão constituinte de nacionalização dos bancos. Além da reserva de mercado da informática, o debate sobre a abertura da economia começará do zero, com exceção de manifestações esparsas do economista carioca Antonio Castro, no meio acadêmico.

O Banco Central sabe que precisa ter no papel a política do Brasil para o capital estrangeiro, que servirá como ponto de referência na abertura da renegociação plurianual da dívida. Nesta etapa preliminar, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, no mês passado, a consolidação das regras para o capital estrangeiro no sistema financeiro e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, aproveitaram, também em setembro, o giro pela Ingla-

terra, Alemanha Ocidental e França para discutir com autoridades monetárias, banqueiros e industriais não só questões específicas do reescalonamento da dívida como o próprio avanço da economia brasileira para o exterior.

Ninguém nega que o Brasil só terá a ganhar com o debate sobre o papel do capital estrangeiro, a partir do reexame da estrutura protecionista e cartorial vigente desde os tempos coloniais. Dentro do contexto da renegociação da dívida, o governo brasileiro ficará livre do ônus da iniciativa de abrir a polêmica e colocará a discussão como algo inevitável.

Mas o Brasil quer sair à frente na discussão, a partir de uma condicionante básica: s.o pode examinar a abertura da economia, com a contrapartida de menores gastos com a dívida externa. O raciocínio é simples: se o Brasil pagar menos juros, terá mais recursos para importar máquinas e tecnologia mais avançadas e, com ganhos de eficiência, tornar competitiva a sua economia, a ponto de aceitar a concorrência externa em seu território.

Para evitar o sucateamento da indústria, como ocorreu no Chile e na Argentina, o Brasil não vai abandonar o processo lento e gradual de sua economia. Uma das alternativas será a efetivação da integração regional, esboçada com os acordos com a Argentina e o Uruguai. "A busca de objetivos comuns, cada país abre mão de certa parcela de autonomia na gestão econômica" — afirma o diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas.

O Brasil precisa das alianças com os demais países em desenvolvimento para melhor barganhar com os ricos. A própria evolução da economia brasileira no seio da América Latina, ainda em crise profunda, tende a enfraquecer o apoio dos demais países ao Brasil, em questões específicas. Importadores de máquinas e equipamentos brasileiros, os países vizinhos terão pouca motiva-

ção para partilhar das preocupações do Brasil com os seus manufaturados atingidos pelo protecionismo norte-americano, por exemplo.

Final, a redução da dependência brasileira do exterior traz o aumento das pressões de fora, dentro da lógica de que ninguém quer perder espaço no mercado internacional. Na conciliação de interesses divergentes, o Brasil aperta na renegociação da dívida e, em troca, cede na política interna de restrição ao capital estrangeiro e às importações.

Graças aos pesados investimentos passados — explicação para boa parte da dívida externa — áreas de infra-estrutura, bens de capital, insumos básicos e, mais recentemente, com o a de 5% do PIB e o terceiro maior superávit comercial do mundo. Com menos encargos da dívida, não fará mal algum abrir margem adicional para as importações e até permitir certa redução no superávit, desde que embutidos no acordo global de reescalonamento da dívida externa.

Sem precipitações, afirma o chefe da divisão de balanço de pagamentos do departamento econômico do Banco Central, Luiz Paulo Gião. "Ninguém sairá negociando a plena internacionalização da economia. O Brasil ainda não promoveu o ajuste estrutural das contas externas para, por exemplo, liberar câmbio e importações. Se houver a abertura total do mercado, os japoneses acabam com as indústrias existentes e o Brasil passará a pagar pelo desemprego do Japão e dos demais países desenvolvidos" — diz o técnico do Banco Central.

Cresce no governo a corrente favorável à discussão de tudo com os governos dos países credores, inclusive da reserva de informática, para poder expor a política de defesa das indústrias de setores estratégicos. A abertura pode trazer eficiência e produtividade, hoje, em muitos setores, obscurecidos, na opinião de técnicos do Banco Central, por um pretensão nacionalismo.